

## **Alfabetização e Voluntariado: análise preliminar de uma experiência de alfabetizadoras rurais da Pastoral da Criança no município de Ilha das Flores-SE**

LEYLA MENEZES DE SANTANA\*

SIMONE SILVEIRA AMORIM\*\*

### **Resumo:**

O artigo analisa o trabalho voluntário exercido por alfabetizadoras do Programa de Educação de Jovens e Adultos da Pastoral da Criança na comunidade rural de Serrão no município sergipano de Ilha das Flores nos anos de 2008, 2009 e 2011. Para tanto caracteriza o trabalho voluntário, descreve a metodologia usada para alfabetizar, assim como identifica se houve diminuição dos índices de analfabetismo entre os participantes do programa. A pesquisa é de caráter qualitativo, através de estudo de caso, tendo em vista que se trata de um programa de iniciativa social e que retrata a vida real. Para tanto, foram consultados autores com reconhecida contribuição no que se refere à temática da pesquisa, tais como Freire (1986, 1987, 1997), Beisiegel (2010), Soares (2003), Mortati (2004).

**Palavras-chave:** Alfabetização. Alfabetizadoras. Pastoral da Criança. Voluntariado.

### **Abstract:**

The article analyzes the volunteer work performed by literacy teachers of the Education Program Adult and Youth from Pastoral of the Child in the rural community of Serrão, more specifically in Ilha das Flores, located in the countryside of Sergipe, in 2008, 2009 and 2011. To reach that goal, it is necessary to explain what volunteer work is all about, the article also describes the methodology used to teach literacy, as well as identifies if there was a reduction of illiteracy rates among the ones who take part of the program. The research is qualitative, through case study, considering that it is a social initiative program and that portrays real life. Thus, authors such as Freire (1986, 1987, 1997), Beisiegel (2010), Soares (2003), Mortati (2004) were consulted as they have a great contribution in the subject matter.

**Keywords:** Literacy. Literacy teachers. Pastoral da Criança. Volunteer work.

---

\* Universidade Tiradentes. Mestranda em Educação. E-mail: [leyla.menezes@gmail.com](mailto:leyla.menezes@gmail.com)

\*\* Universidade Tiradentes (NPED/PPGED). Doutora em Educação. E-mail: [amorim\\_simone@hotmail.com](mailto:amorim_simone@hotmail.com)

## 1 Introdução

O presente artigo é fruto dos resultados preliminares do estudo de caso acerca do trabalho voluntário exercido por alfabetizadoras do Programa de Educação de Jovens e Adultos da Pastoral da Criança na comunidade rural de Serrão no município sergipano de Ilha das Flores nos anos de 2008, 2009 e 2011. O objetivo é analisar a atuação dessas alfabetizadoras através da caracterização do trabalho voluntário e da metodologia utilizada para alfabetizar. Para tanto, faz-se necessário caracterizar o trabalho voluntário, descrever a metodologia usada para alfabetizar esses jovens, adultos e idosos, bem como identificar se houve diminuição dos índices de analfabetismo entre os participantes do programa.

Esse estudo se justifica pela ausência ou mesmo deficiência no uso da leitura e da escrita por uma parcela significativa da população brasileira, com idade de 15 anos ou mais, constituindo-se em um fenômeno que insiste na manutenção da desigualdade social, fato que se reflete no município de Ilha das Flores. O fato é que as habilidades de ler e escrever balizam as relações de poder e de participação social e, por que não dizer, de inserção no mundo contemporâneo.

Atendendo a um preceito constitucional e com uma ação direta sobre essa problemática, o Estado tenta proporcionar, por meio da educação, o acesso de todos os cidadãos ao direito de aprender a ler e a escrever, como uma das formas de inclusão social, cultural, política e de construção da democracia. Dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE/2010) apontam que o Brasil ainda possui 13,9 milhões de pessoas analfabetas acima de 15 anos e que tem uma população de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não

frequentam a escola e que não têm o Ensino Fundamental completo. Tais indicadores evidenciam complexidade do problema do analfabetismo absoluto e funcional no Brasil.

A persistência nas tentativas de solução do combate ao analfabetismo é histórica e precisa cada vez mais ser eficiente, aproveitando todo o tempo, todos os espaços, todas as disposições pessoais, todos os métodos de ensino, sem esquecer a valorização dos profissionais envolvidos.

Tendo em vista essa complexidade para a redução do analfabetismo, a Pastoral da Criança<sup>1</sup> – Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) –, aproveitou-se do seu poder de capilaridade – cria mecanismos de participação entre os envolvidos com a instituição sempre mediado pela questão voluntária e nesse caso com a problemática do analfabetismo presente nas comunidades atendidas – e utilizando o método de alfabetizar instituído por Paulo Freire, criou o Programa de Educação de Jovens e Adultos, objetivando alcançar mães, pais e avós das famílias acompanhadas pela instituição, bem como as demais pessoas das comunidades que não tiveram a oportunidade de serem alfabetizadas na idade adequada.

Para analisar a prática das alfabetizadoras no referido programa, a pesquisa será de caráter qualitativo, através de estudo de caso, tendo em vista que se trata de um programa de iniciativa social e que retrata a vida real de mulheres alfabetizadoras envolvidas num programa voluntário. Esse estudo apoia-se em Yin (2010), que afirma que este método de estudo de caso contribui para pesquisas do conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos.

---

<sup>1</sup> Atualmente a Pastoral da Criança acompanha, através de visitas domiciliares, 1.308.877 crianças menores de 6 anos, com uma média mensal de 1.061.069 famílias, nas 35.905 comunidades onde a instituição atua. Ao todo são 210.146 voluntários atuando nas ações da Pastoral da Criança no Brasil. FONTE: Pastoral da Criança – CNBB, FONTE: Pastoral da Criança – CNBB, Folhas de Acompanhamento, digitadas entre 01/10/2012 e 26/03/2013.

*O método de estudo de caso permite que os investigadores retenham características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias (YIN, 2010: 24).*

Para Yin (2010), o estudo de caso é um método que conta com muitas das técnicas utilizadas na pesquisa história, pois também examina artefatos e documentos, porém realiza observação direta e entrevista o que atribui ao método à capacidade de lidar com uma ampla variedade de fontes. No caso deste trabalho, para obtenção preliminar de dados, foi necessário um levantamento de indicadores a partir do Sistema de Informações da Pastoral da Criança, além, claro da pesquisa bibliográfica que fundamenta e enriquece o conteúdo aqui proposto.

Na pesquisa bibliográfica foi realizado um apanhado sobre os principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema. Foram consultados autores com reconhecida contribuição no que se refere à temática da pesquisa, tais como Freire (1986, 1987, 1997), Beisiegel (2010), Soares (2003), Mortati (2004).

## 2 Alfabetização e Voluntariado e suas implicações na sociedade

Faz-se necessário compreender alguns conceitos pertinentes à pesquisa, tais como alfabetização e voluntariado. Assim, o documento **Marco de Ação de Belém**, aprovado na Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA VI, em dezembro de 2009, afirma que:

*A alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do **continuum** da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento*

*essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade. (UNESCO, 2010:7).*

Compreende-se alfabetização como um “processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e para escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita.” (SOARES, 2003:91). Assim sendo, quando a pessoa além de adquirir o domínio da escrita, ele também adquire competências para exercer tal habilidade a fim de atingir objetivos diferentes, podemos afirmar que este sujeito encontra-se letrado.

Para alfabetizar jovens, adultos e idosos, o Programa da Pastoral da Criança, em sua proposta, utiliza-se do método freireano que sugere uma leitura do mundo para a leitura da palavra. Freire (1986) salienta que aprendemos a ler o mundo antes mesmo de decodificar os sinais gráficos. Acredita-se no processo de alfabetização como uma forma de integrar o sujeito, a quem fora negado um dos direitos básicos, a educação. Esta prática possibilita o empoderamento dos envolvidos no processo, na defesa de seus direitos pelo conhecimento.

O processo do alfabetizar, conforme o entendimento do educador Freire (1996), só se dá no diálogo, na troca de experiências e conhecimentos, onde cada um contribui para o enriquecimento do grupo. Para que este processo realmente aconteça de maneira dialógica, cada agente participante (alfabetizando e alfabetizador) deve se colocar numa atitude de querer aprender e partilhar o que entende sobre o assunto em discussão.

Para Mortati (2004), é possível que o processo de alfabetização também, nos dias atuais, aconteça fora dos ambientes escolares. Foi assim na década de 60 com Paulo Freire e é assim com milhares de pessoas que imbuídas de um compromisso social alfabetizam centenas de brasileiros em espaços alternativos, longe da estrutura escolar. Um exemplo é o objeto desse estudo, trabalho desenvolvido por voluntárias em espaços não escolar da zona rural da região do baixo São Francisco.

Segundo Beisiegel (2010) a compreensão do homem, da educação e da sociedade era bem evidente no método freireano. Havia uma preocupação com o adulto analfabeto que por conta de diferentes situações lhe foi negado o direito de estudar. Por conta desse processo de exclusão, a sala de aula, era chamada de círculo de cultura, onde diferentes sujeitos, com histórias e caminhos parecidos, encontravam-se para discutir e aprender. Dessa forma, o conceito antropológico de cultura era bastante presente no método.

Partindo das ideias de Freire (1987) sobre alfabetização, é pertinente refletir a partir desse intelectual o que caracteriza um ser solidário e a partir daí conceituar voluntariado. O autor descreve a atuação do sujeito enquanto um ser solidário, ou seja, um ser voluntário. Ser solidário, segundo ele, é uma atitude radical, pois o que se solidariza assume a postura daquele com quem se solidarizou. O autor dialoga com Hegel apud (FREIRE, 1987: 20) ao demonstrar que: “o que caracteriza o ‘oprimido’ é sua ‘consciência servil’ frente ao seu ‘opressor’, o que caracteriza o ‘solidário’ é o seu desejo em lutar em prol da transformação da realidade do outro, ou seja, é o ‘ser para o outro’”.

O trabalho voluntário constitui-se numa atividade realizada de forma espontânea, desenvolvida a partir do interesse e iniciativa de quem o realiza. Porém, por se constituir em uma atividade humana, portanto histórica, o trabalho voluntário apresentou variações em sua natureza e forma de desenvolvimento, de acordo com cada época, região e cultura.

Segundo Evangelista (2002) a ONU (Organização das Nações Unidas) também entende que o voluntariado é um componente importante em toda estratégia encaminhada à redução da pobreza, ao desenvolvimento sustentável e à integração social, em particular mediante a superação da exclusão e da discriminação social.

Para Fagundes (2006) o voluntariado não pode ser associado a direitos e deveres, pois cabe ao Estado tais garantias. O voluntariado é participação solidária, dever moral, sentimentos subjetivos que não significam cumprimento de favor e sim contribuir para amenizar as desigualdades sociais.

*Devemos cuidar para que a desigualdade social não seja tratada como se não houvesse implicações políticas, econômicas e culturais na sua constituição. Em outros termos, o voluntariado e a solidariedade devem ser identificados como importantes valores morais para serem resgatados para a humanidade, mas as políticas sociais, mais especificamente a política de assistência social, que devem dar conta das desigualdades sociais, não devem ser cooptadas exclusivamente por esses valores. (FAGUNDES, 2006:13).*

A autora ainda destaca que a ação voluntária não pode correr o risco de diluir o discurso sobre a efetivação das políticas sociais e o caráter constitucional e universalizante dos direitos sociais e sim abrir frente de discussão em torno deste assunto responsabilizando aqueles que de direito tem a obrigação de garantir o cumprimento de tais políticas.

Diante das questões até aqui discutidas vale destacar que quando associa-se o programa de alfabetização de jovens e adultos com o voluntariado desenvolvido pelas alfabetizadoras, percebe-se uma ação altruísta. Um altruísmo que prevalece frente ao egoísmo e que leva o sujeito a saber conviver em grupo, saber viver na coletividade e acima de tudo estimula o respeito ao próximo e ao meio em que vive. Esta ação altruísta, por vezes, apresenta resultados imensuráveis e que são demonstrados nas narrativas de vida descritas por cada uma dessas alfabetizadoras, porém esse estudo vai tentar, no próximo item, apresentar resultados preliminares que foram possíveis de mensuração.

### **3 “Aprendendo e Ensinando, Ensinando e Aprendendo” na área rural do município sergipano de Ilha das Flores: resultados preliminares**

O Programa de Educação de Jovens e Adultos - Alfabetização - da Pastoral da Criança nasceu quando a UNESCO declarou o ano de 1990 como **Ano Internacional da Alfabetização**. Dessa forma a Pastoral da Criança resolveu incluir em seus programas a

Alfabetização de Jovens e Adultos tendo em vista que muitos dos seus agentes voluntários eram analfabetos.

O programa trouxe no seu bojo o grande sonho de contribuir para que líderes e familiares das crianças acompanhadas pudessem ter o resgate de um dos direitos humanos fundamentais que lhes foi negado. Outro fator que contribuiu para que a instituição decidisse por implantar o programa é que se constatava mais uma vez que analfabetismo e a mortalidade infantil andam de mãos dadas. Quanto mais analfabetos no município, maior a taxa de mortalidade infantil. Neste mesmo ano a instituição publicou o livro didático de Alfabetização “Aprendendo e Ensinando, Ensinando e Aprendendo” para ser usado na Pastoral da Criança.

Em 1991 as F\_ALFs (Folha de Acompanhamento e Avaliação da Educação de Jovens e Adultos) já indicavam que haviam aproximadamente 1.900 alunos<sup>2</sup> sendo beneficiado pelo programa em título de experiência como projeto piloto em algumas comunidades, onde os alfabetizadores eram os próprios líderes das comunidades com Pastoral da Criança e que se prontificaram em colaborar voluntariamente no projeto.

A partir de 1996 o Ministério da Educação começou a colaborar financeiramente com o programa, uma vez que o número de alunos atendidos já ultrapassava as expectativas e eram necessários recursos financeiros para capacitações dos alfabetizadores envolvidos e acompanhamento e monitoramento das novas turmas.

Porém esse crescimento do Programa da EJA da Pastoral da Criança teve um esvaziamento significativo com a criação em 2003, pelo Governo Federal, do programa “Brasil Alfabetizado” (PBA), porque muitos municípios através das Secretarias Municipais de Educação aderiram ao PBA. Ao analisar os indicadores de resultado do Programa da Pastoral da Criança e comparando o ano de 2011 com o ano de 2002, observou-se uma queda de 83% em relação aos cadastros de alunos nas turmas de alfabetização.

---

<sup>2</sup> Pastoral da Criança – CNBB, Folha de Acompanhamento e Avaliação da Educação de Jovens e Adultos - F\_ALF \_ 1991.

O esvaziamento das turmas levou o Conselho Diretor da Pastoral da Criança, no final do ano de 2012, a decidir por encerrar as atividades do Programa da EJA e estimular todas as esferas de coordenação da Pastoral da Criança a atuar como mediadora entre os programas já existentes e as necessidades sentidas das comunidades acompanhadas pela instituição.

Esta tomada de decisão por parte da Pastoral da Criança confirma o que Fagundes (2006) conclui acerca da ação voluntária por parte da sociedade civil organizada. A autora afirma que o voluntariado não deve se sobrepor a ação das políticas sociais e nem tão pouco assumir a função do Estado quando o assunto é a efetivação de tais políticas, porém a ação conjunta pode gerar desenvolvimento equidade social.

*É necessário que estas duas esferas construam este desafio utópico que seja afirmativo da vida e transcenda a discussão a respeito do bem e do mal, sobretudo que podem propiciar o desenvolvimento do exercício da cidadania, manifestando-se no senso de justiça, construindo-se ideias de responsabilidade e de troca entre as pessoas, que são necessárias para a efetivação de uma vida justa. (FAGUNDES, 2006: 17)*

A comunidade de Serrão, situada no município de Ilha das Flores em Sergipe foi contemplada com o Programa de Educação de Jovens e Adultos da Pastoral da Criança no ano de 2008, 2009 e 2011. Alguns fatores foram importantes antes de implantar o programa em determinada comunidade. Segundo o manual *Missão e Gestão da Educação de Jovens e Adultos* da Pastoral da Criança: “antes de formar uma turma de EJA é importante conhecer o índice de analfabetismo dos municípios envolvidos, além de fazer um levantamento na comunidade, de pessoas que realmente têm interesse de participar.” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2007: 86).

Na ocasião da implantação do programa no município de Ilha das Flores, o mesmo possuía um índice de analfabetismo de 32,5% (IBGE – 2000) da população. Com o censo de 2010 o município passou a ter 25,71% da população analfabeta, isso corresponde a 1.458 pessoas acima de 15 anos.

Nesses 3 anos foram cadastradas 7 turmas, com um total de 78 alfabetizandos matriculados. Desses 78 alunos, 55 conseguiram concluir o curso de alfabetização. Como uma das intenções desse estudo é identificar se houve diminuição dos índices de analfabetismo entre os participantes do programa nesta comunidade, pode-se, preliminarmente, afirmar que sim, pois dos 55 alunos que conseguira terminar o curso, 36 deles receberam o *status* de alfabetizado enquanto que 19 não conseguiram obter o nível de alfabetizado<sup>3</sup>.

A formação destas turmas só foi possível por conta da disponibilidade de 3 alfabetizadoras residentes na comunidade de Serrão e que durante esses 3 anos se colocaram a disposição do programa para atender a necessidade da comunidade. Essas alfabetizadoras passaram por uma formação inicial de 32 horas, com conteúdos pedagógicos e institucionais.

Segundo a Pastoral da Criança (2007), para realizar a atividade de alfabetizadora de alguma turma de EJA era necessário ter cursado, no mínimo, o Ensino Fundamental Completo. Porém as alfabetizadoras aqui citadas possuíam, no início do programa, Ensino Médio Completo. Além da escolaridade mínima exigida, as alfabetizadoras careciam apresentar o seguinte perfil: ser conhecedora da filosofia e ações da Pastoral da Criança; gostar muito da educação, amar o que faz; ser disponível para uma ação voluntária; ser dinâmica, criativa e entusiasmada pela causa; ser muito pontual, responsável e assumir com garra o que faz; Ser aberta ao novo, ao diálogo; dominar muito bem o conteúdo e a metodologia da alfabetização na Pastoral da Criança; Ser integrada e participante da comunidade e ser sensível às injustiças sociais existentes.

Durante o desempenho de suas atividades, a alfabetizadora era acompanhada por sua respectiva coordenadora, que lhe dava orientações e apoio para esclarecer possíveis dúvidas. Ao assumir uma turma de alfabetização na Pastoral da Criança, a alfabetizadora tinha o compromisso de acompanhá-la até finalizar os 9 meses, salvo motivo de força maior.

---

<sup>3</sup> FONTE: Pastoral da Criança – CNBB, Folha de Acompanhamento e Avaliação da Educação de Jovens e Adultos - F\_ALF \_ 2008, 2009 e 2011.

Cabia à alfabetizadora o correto preenchimento dos formulários pertinentes, tais como: Cadastros (turma, alfabetizador, alunos), F\_ALFs (Folhas de Avaliação e Acompanhamento), TCEJAs (Tarefa de Conclusão da Educação de Jovens e Adultos) e o próprio Caderno do Alfabetizador. Esses formulários e instrumentos eram usados para periodicamente alimentar o Sistema de Informações da Pastoral da Criança.

Nota-se, a partir da descrição acima, que a inserção dessas alfabetizadoras no programa de alfabetização, antes de tudo, tinha uma relação de pertencimento, pois o fato delas morarem na comunidade onde atuavam gerava responsabilidade social para com os parentes, vizinhos, amigos, bem como despertava comprometimento com a missão de ensinar pessoas a ler e a escrever. Há de se compreender o significado subjetivo que sustentava essas ações e como isso pode ter modificado a visão de mundo tanto dessas alfabetizadoras, quanto dos alfabetizados.

Por outro lado, é igualmente visível que os que participaram do programa, enquanto agentes, tinham que ter consciência sobre a responsabilidade de alfabetizar, no sentido de acreditar que esse processo transforma a vida dos alunos e no sentido de promover ascensão social e libertação da dependência de terceiros. Para tanto, considerava fundamental o perfil da alfabetizadora, bem como a necessidade de uma formação inicial capaz de despertar potencialidades necessárias para o domínio da habilidade de alfabetizar jovens e adultos, visto que não havia exigência prévia de formação pedagógica para atuar como alfabetizadora.

A que se percebe, a atuação das alfabetizadoras durante esses 3 anos além de melhorar os indicadores de analfabetismo na comunidade rural de Serrão, também despertou o caráter coletivo do programa, bem como instrumentalizou essas mulheres na luta a favor do desenvolvimento social e político da comunidade.

## 4 Considerações Finais

Os resultados preliminares apontam que a atuação dessas alfabetizadoras voluntárias contribuíram para a diminuição do analfabetismo absoluto dos alfabetizados matriculados, moradores da comunidade rural onde elas residem. Tal iniciativa gerou comprometimento, exercício da cidadania e participação na sociedade, tanto das alfabetizadoras, quanto dos alfabetizados, pois possibilitou o apoderamento do conhecimento através da leitura e da escrita.

Esta experiência das alfabetizadoras da Pastoral da Criança em Ilha das Flores vem reafirmar a possibilidade de contribuição efetiva e construtiva da sociedade civil na definição de uma política pública de alfabetização de jovens e adultos que seja capaz de desenvolver uma oferta relevante e adaptada às necessidades dos educandos e que conduza à obtenção de conhecimentos, capacidades e competências funcionais e sustentáveis.

Por todo o exposto, apreendeu-se a necessidade da continuidade de programas de alfabetização como este que suscitem mudanças de percepção nos participantes e podem desembocar em transformações culturais nas diferentes comunidades. Pois, mais importante do que as revelações desse trabalho, é o capital social imensurável que um programa desta natureza pode produzir. Além de ações pedagógicas, acredita-se que o programa de alfabetização desenvolveu um trabalho sócio-político, capaz de assegurar acesso ao mundo e ao trabalho por meio da linguagem, abrindo caminhos para a leitura e para a escrita.

## Referências Bibliográficas

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

EVANGELISTA, Douglas. Voluntariado e desenvolvimento social. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Orgs.). **Voluntariado e a gestão das políticas sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

FAGUNDES, Helenara Silveira. O voluntariado, a solidariedade e as políticas sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**: Pós-graduação em Serviço Social da PUCRS. n.º. 6, dez. 2006. p. 1-19.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 13 ed., 1986. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v.4).

MORTATI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Missão e Gestão**: educação de jovens e adultos. Curitiba: Pastoral da Criança, 2007

UNESCO. Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos – **CONFINTEA VI**: marco de ação de Belém. Brasília: UNESCO, 2010

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2010.